

## Para uma metodologia de incubação de grupos de consumo responsável – alternativas para a comercialização na economia solidária e agroecologia

Antônio Carlos Martins da Cruz<sup>1</sup>

### Resumo

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) existem, hoje, em aproximadamente cinquenta universidades brasileiras. Elas dão apoio ao surgimento e consolidação de empreendimentos econômicos solidários (EES), em geral no setor produtivo (manufatura, agricultura, serviços, reciclagem). Entretanto, a comercialização dos EESs enfrenta grandes obstáculos nos circuitos convencionais, relacionados especialmente às escalas e aos preços de venda (que em geral ignoram as especificidades dos produtos). Por outro lado, há um número crescente de consumidores/as preocupados em apoiar esses empreendimentos e seus produtores a partir de critérios relacionados à sustentabilidade, à saúde e ao desenvolvimento local. Por este motivo, nos últimos dez anos, se multiplicar os grupos de consumo responsável (GCRs): formas associativas dirigidas ao consumo ético. A aliança entre EES e GCRs permite a consolidação de ‘circuitos locais de comercialização solidária’ (CLCS). Esta vinculação, porém, uma prévia organização dos produtores entre si, e/ou dos consumidores entre si. O presente artigo apresenta os resultados preliminares da experiência de uma microrrede de ITCPs no processo de incubação de um GCR na cidade de Pelotas (RS, Brasil), em parceria com aproximadamente 35 EES afiliados a uma organização de comercialização solidária (a Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário).

Palavras-chave: Economia solidária; Grupos de consumo responsável; Comércio justo

---

<sup>1</sup>Doutor em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - antoniocruz@uol.com.br

## Introdução – a incubação de ‘empreendimentos econômicos solidários’ (EES) e de ‘grupos de consumo responsável’ (GCRs)

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) tem produzido ações e reflexões acerca da relação entre universidades e grupos sociais nos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) desde 1998. O conceito de economia solidária (Ecosol) relaciona-se às práticas de auto-gestão, solidariedade e cooperação, que presidem diferentes tipos de organizações econômicas – grupos produtivos, associações, cooperativas, organizações associativas de consumo ou de crédito, bancos comunitários etc. – orientadas para diferentes objetivos econômicos, mas controladas democraticamente por seus participantes (CRUZ, 2004).

A metodologia das ITCPs, que será apresentada de forma mais detalhada no decorrer do artigo, por sua vez, prevê a construção conjunta, com os empreendimentos de economia solidária, de conhecimentos e práticas que lhes permitam viabilizarem-se economicamente sob os princípios da Ecosol. Ao longo da história das ITCPs, entretanto, seus desenvolvimentos metodológicos estiveram relacionados, de modo geral, às práticas produtivas, como as ‘tecnologias sociais’ e as ‘redes de empreendimentos solidários’.

Uma variante desses esforços, normalmente dirigidos aos empreendimentos produtivos, foram os trabalhos desenvolvidos por algumas ITCPs, das quais destacamos as da Universidade Federal da Bahia, relacionadas aos bancos comunitários, que embora também envolvam processos produtivos, estão dedicados, sobretudo, às ações territoriais, como as moedas sociais, as redes locais de pequenos negócios e o financiamento comunitário de grupos produtivos, sempre com viés popular.

A experiência que abordaremos neste trabalho diz respeito à incubação de um tipo especial de EES: um ‘grupo de consumo responsável’ (GCR) – um tipo de EES que não tem sido objeto, regra geral, do trabalho das ITCPs.

Os GCRs são organizações solidárias e autogeridas, em geral com baixo grau de institucionalidade. No Brasil, apenas alguns dos cerca de 30 (trinta) GCRs existentes constituíram-se como associações formais ou – em raros casos – como cooperativas, mas a maioria dos que pertencem à Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável permanece economicamente informal. Eles reúnem unidades de consumo (famílias ou indivíduos) que objetivam direcionar seus gastos domésticos para apoiar e fortalecer práticas produtivas específicas: a agroecologia, ou a reforma agrária, ou a agricultura familiar (em sentido amplo), ou a economia solidária (produtiva), ou um mix que combina esses e outros diferentes perfis econômicos. Os GCRs funcionam como ‘cooperativas de consumo de novo tipo’, que além de avaliarem a qualidade e os preços dos produtos, têm preocupações com a sustentabilidade ambiental, com o bem estar dos produtores, com o desenvolvimento econômico e social dos territórios e, é claro, também com a saúde e bem-estar dos consumidores. Os GCRs buscam reduzir ou eliminar intermediários comerciais na relação produtores-consumidores através de compras coletivas diretas (PISTANELLI; MASCARENHAS 2011), com a participação direta dos consumidores na gestão dos coletivos.

## A experiência da Rede Bem da Terra no sul do Rio Grande do Sul (Brasil) e sua relação com as ITCPs

Iniciada em 1999, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (Intcoop-UCPel) estava dedicada – como a grande maioria das ITCPs – à incubação de EES produtivos. A experiência acumulada nos primeiros anos indicava o problema da comercialização como um ‘gargalo’ para os coletivos.

Uma pesquisa-ação desenvolvida entre 2007 e 2008 levou à criação da Associação Bem da Terra (ABT): uma rede de EES produtivos (14, à época; 36, atualmente) cujo objetivo era/é desenvolver estruturas conjuntas de comercialização, aproveitando a diversidade de ramos de produção (hortifrutis orgânicos, laticínios, pescados, panificados, produtos de limpeza, de higiene, artesanatos, roupas e muitos outros) dos diversos e diferentes empreendimentos (NUNES; CHRIST; GOTARDO, 2015). A primeira iniciativa conjunta foi a realização de feiras mensais de economia solidária nos arredores da própria UCPel, procurando aproximar os públicos da universidade e da vizinhança de seu campus. Exitosa, a ‘Feira Mensal Bem da Terra’ constituiu um primeiro elo efetivo entre os empreendimentos, o que levou à formação da Associação em 2009, com o assessoramento da Intcoop-UCPel.

Em 2011, alguns professores do Nesic-UCPel (ex-Intcoop) se transferiram para a Universidade Federal de Pelotas (entre eles, um dos autores deste artigo), criando ali o Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia

1- Por ‘tecnologias sociais’, compreende-se os processos, produtos ou metodologias desenvolvidos pelas interações de diferentes grupos sociais (e que podem incluir – ou não – pesquisadores científicos), que reconhecem a validade e a eficácia de formas tradicionais de conhecimento (orais, tradicionais, ancestrais etc.), postas em diálogo com o conhecimento científico, e que geram soluções tecnológicas livremente apropriadas, replicadas e/ou incrementadas, destinadas a superar problemas econômicos e/ou sociais de grupos desprivilegiados (Rede de Tecnologias Sociais apud Instituto Kairós, 2015).

2- A Rede de GCRs foi fundada em 2011, com o apoio de projeto específico desenvolvido pelo Instituto Kairós, de São Paulo, financiado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Os GCRs que fundaram a Rede já existiam anteriormente, alguns há mais de uma década, mas foram mapeados e conectados pelo projeto.

3- Em 2007, a Reitoria da UCPel decidiu pela extinção da Intcoop. Por recomendação expressa de uma comissão avaliadora do MEC, ela voltou atrás de sua decisão, mas determinou que se alterasse o nome do programa, que passou a chamar-se ‘Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas’ (NESIC), que segue associado à Rede de ITCPs.

Solidária (Tecsol-UFPel). No ano seguinte (2012), por outro lado, constituiu-se o Núcleo de Economia Solidária do Instituto Federal Sul-Riograndense (Nesol-IFSul), o que levou à conformação de uma ‘microrrede local de incubadoras’, que trabalhavam de forma integrada, assessorando os diversos empreendimentos da Associação Bem da Terra, bem como as iniciativas coletivas daí derivadas.

Ao estudar alternativas de comercialização para a agricultura familiar e a economia solidária, e ao mesmo tempo que observavam a experiência das feiras realizadas pela Associação, as incubadoras de Pelotas depararam-se com as experiências brasileiras dos chamados grupos de consumo responsável, que já existiam no Brasil, inclusive organizados na ‘Rede Brasileira de GCRs’. Foi daí que nasceu a ideia de estimular a formação de um GCR dedicado a promover especificamente o consumo dos produtos dos empreendimentos solidários vinculados à Associação Bem da Terra. Mas havia um ‘porém’: a maioria dos GCRs conhecidos havia nascido por iniciativa de consumidores/as que, organizados coletivamente, buscaram ‘fornecedores’ dentro do perfil escolhido. No caso em tela, a ideia tratava-se de melhorar a comercialização de uma ‘rede de fornecedores’ já existente. Isto é: ao contrário dos casos estudados até então, a rede de produtores (a Associação Bem da Terra) era anterior à de consumidores. Normalmente, a articulação de consumidores é o processo que dispara a construção da relação.

No caso de Pelotas, a proposta inicial, o planejamento, a estruturação, o start de funcionamento e o processo de consolidação do GCR foram resultado do esforço conjunto das três incubadoras, articuladas à Associação Bem da Terra. Assim nasceu, em 2014, a Feira Virtual Bem da Terra (FVBTD): como um projeto de extensão articulado em rede por três ITCPs.

A FVBTD é uma estrutura de comercialização de produtos da economia solidária que oferta (i) produtos rurais de origem local (hortifrutis in natura, semi-processados e processados, laticínios, panificados, flores e plantas ornamentais, lenha etc.), (ii) produtos urbanos artesanais e semiartesanais (produtos de limpeza, cosméticos, roupas, utensílios, refeições prontas, cervejas etc.) e (iii) produtos não-locais (café, erva-mate, castanhas, farinhas etc.). Todos os produtos, sem exceções, são originados de empreendimentos de economia solidária (locais e não-locais). Os alimentos comercializados in natura tem origem na agricultura familiar e, em sua totalidade, são agroecológicos/orgânicos. Parte dos alimentos processados e semi-processados são também orgânicos, outros não. Os ciclos de comercialização são semanais. Os consumidores associados realizam seus pedidos no início da semana através de uma plataforma na internet; suas solicitações são repassadas aos produtores e um sistema de logística (igualmente semanal, é claro), faz o recolhimento dos produtos aos sábados. A repartição dos produtos enviados pelos produtores é feita pelos próprios consumidores; o sistema de pagamentos, contabilidade e organização geral é garantido por uma técnica profissionalizada pela própria Feira (e que, atualmente, corresponde a uma das autoras deste artigo). Além disso, os consumidores associados se distribuem entre diversos grupos de trabalho (12 ao total: divulgação, pesquisa de produtos, gestão financeira etc.) que contribuem para a organização do grupo de consumo.

Nos anos seguintes, quatro outros GCRs iniciaram sua construção na região, nas cidades de Rio Grande (2016), São Lourenço do Sul, Jaguarão e Canguçu (2018), conformando agora o ‘Rizoma Bem da Terra’, uma mini-rede de GCRs inspirados na Feira Virtual (de Pelotas). O Rizoma pode ser considerado um ‘circuito local de comércio justo’, uma vez que compreende uma articulação de redes de empreendimentos produtivos (presentes nos diversos municípios), grupos de consumo responsável (idem) e empreendimentos solidários fornecedores oriundos de outras regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ele organiza coletivamente as compras conjuntas de produtos pelos GCRs, garante a circulação de produtos dos EES locais por todos os GCRs da Rede e, por fim, articula as compras de insumos externos à rede para os EES produtivos.

O processo que deu origem à FVBTD (e agora, ao Rizoma), guarda especificidades importantes, que são parte de um contexto local, mas que, independentemente disso, pode deixar pistas para iniciativas similares. Ao contrário de outros CRs estudados, a presença das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários cumpriu um papel decisivo, à medida que a Feira Virtual pôde valer-se do acúmulo de teorias e de experiências relacionadas à incubação de empreendimentos produtivos, bem como de ferramentas de gestão nas mais diversas áreas (jurídica, contábil, administrativa, financeira, de pessoas e grupos etc.), o que permitiu estabelecer uma condição sólida de

4- O projeto ‘Alternativas de Comercialização para a Economia Solidária na Região Sul do Rio Grande do Sul’ tinha como objetivo estudar e planejar conjuntamente – com o maior número possível de EES – ações e estruturas que melhorassem as condições de comercialização dos empreendimentos. Participavam dos encontros de pesquisa, que se realizavam uma vez por mês, cerca de 15 coletivos de produção (entre grupos, associações e cooperativas; urbanos e rurais), a Intcoop (ITCP) da UFPel e o Fórum Microrregional de Economia Popular e Solidária. Foram realizadas aproximadamente 20 reuniões de trabalho, estudando as estruturas já existentes, o perfil dos ‘consumidores solidários’, outras experiências de comercialização na economia solidária e, finalmente, possibilidades de ação conjunta.

5- Os dois GCRs cujas experiências informaram, em grande medida, a discussão levada a cabo em Pelotas, foram o ‘Coletivo Trocas Verdes’ (Campinas, estado de São Paulo) e a ‘Rede Ecológica Rio’ (na cidade do Rio de Janeiro).

6- O Rizoma é um sistema de compras coletivas dos GCRs (‘por atacado’), mas também de insumos para os grupos produtivos. Ele viabiliza a compra conjunta de café agroecológico (do estado de Minas Gerais) ou de erva-mate (do norte do Rio Grande do Sul), por exemplo. Mas também de castanhas (do estado do Acre, na Amazônia brasileira), ou de farinhas agroecológicas da fronteira entre Rio Grande do Sul e Argentina, que por sua vez são insumos produtivos dos grupos locais vinculados ao Rizoma.

7- Os tópicos abaixo encontram-se em fase de desenvolvimento no artigo. A data de apresentação do trabalho completo (20/09) é bastante posterior à data de submissão da solicitação de auxílio ao evento por parte da Fapergs (17/06). Entre essas datas, o artigo será concluído com um tratamento detalhado e adequado desta penúltima seção.

funcionamento interno, bem como a construção de uma relação de confiança importante para com os produtores, além de desenvolver de forma sistemática a aproximação e a apropriação dos consumidores em relação à Feira.

Do ponto de vista teórico-metodológico, pode-se apontar um conjunto de iniciativas e orientações que facilitam e promovem a construção e consolidação de grupos de consumo responsável, conforme indicado na próxima (e penúltima) seção deste artigo.

## Princípios metodológicos da incubação de EES e sua relação com a incubação de GCRs - vetores da incubação de Grupos de Consumo Responsável

### i) Pré-organização dos/das consumidores/as

Não há GCR sem consumidores/as organizados/as. Sensibilizar, agrupar e oferecer formação é um primeiro passo para a constituição de um grupo. No caso da FV, a parte inicialmente ativa (participativa) dos consumidores era formada pelos próprios membros dos núcleos universitários – em torno de uns vinte (20) professores, técnicos e estudantes. Há ‘bônus & ônus’ nesta condição: parte-se de um grupo totalmente mobilizado, facilitando o start das ações, mas por outro lado inibe a apropriação por outros consumidores do conjunto do processo. A ampliação se deu a partir do mapeamento e de uma campanha de aproximação de possíveis interessados/as.

### ii) Mobilização de apoios consistentes com a proposta

Apoios de um leque ético-político que guarde identidade com os valores e princípios do GCR foram mobilizados: sindicatos, movimentos sociais, igrejas, escolas, ONGs, enfim... várias organizações comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, foram convidadas a participar.

### iii) Disponibilidade de uma rede de ‘fornecedores’ coerente e comprometida

Cada GCR escolhe um perfil de consumo (‘orgânicos’, ‘agroecológicos’, ‘da reforma agrária’...). Na FV, foi o de ‘EES vinculados à Associação Bem da Terra’. Porém, consumidores/as que aderem a esse tipo de proposta esperam que sua escolha ‘funcione bem’: que tenham regularidade do fornecimento, qualidade nos produtos, um padrão aceitável de preços em relação aos produtos convencionais, garantia de que sua origem corresponde ao perfil escolhido e uma variedade que contemple as necessidades das cesta de hábitos dos consumidores. Os produtores devem estar conscientes e comprometidos quanto a isso.

### iv) Construção de uma proposta detalhada e consistente para o funcionamento do processo

Um GCR é um elo entre quem produz e quem consome. Significa, para ambos, correr algum tipo de ‘risco’, ainda que para os consumidores ele seja pequeno, pois em caso de falha, basta retornar ao padrão anterior. Para os produtores a arrancada significa investimentos, especialmente de trabalho. Ter uma proposta bem construída (de logística, de sustentação financeira, de divisão de obrigações e benefícios etc.) e bem apresentada (materiais audiovisuais são importantes), com um planejamento exequível para cada uma dessas dimensões, é imprescindível. A construção da proposta deve envolver o máximo de pessoas, num ritmo que evite o desalento dos participantes, de um lado, e/ou atropelos sobre os processos participativos, de outro.

### v) Compreensão da dinâmica dos GCRs: ‘consumidores em transição’

Assim como há produtores ‘em transição para a agroecologia’, a maioria dos consumidores/as que se aproximam dos GCRs estão ‘em transição para o consumo responsável’, percorrendo um longo período de aprendizagem e de vai-e-véns. Atividades regulares de formação e de informação, de confraternização, e de contato com os produtores, ajudam a consolidar a transição.

8- Durante dois anos, vários sindicatos contribuíram financeiramente, de forma modesta, mas contínua, com a FV. Outras organizações também foram igualmente muito importantes, por diferentes razões.

9- Por estatuto, só podem associar-se os empreendimentos solidários. Além disso, a FV estabeleceu como regra que os grupos rurais deveriam ser agroecológicos e que produtos não-locais (café, por exemplo) deveriam obedecer à mesma regra: solidários e agroecológicos.

vi) Ferramentas adequadas

Dependendo do tamanho do grupo, uma estrutura enxuta de funcionamento pode ser suficiente: uma garagem para distribuição de produtos e um grupo de contato numa rede social, às vezes, pode dar conta. Mas se a ideia é ampliar a participação para abranger o maior número possível de produtores e consumidores, é necessário pensar a estrutura e custos de operação: espaço para estocagem, logística de transporte, comunicação com os consumidores e com os produtores, planilhas de contabilidade, quantidade e divisão de trabalho suportável pelos/as participantes... – ferramentas básicas para que o coletivo possa funcionar adequadamente.

vii) Transparência, avaliação sistemática e criatividade

É comum aos grupos alguma forma de “ortodoxia” organizacional. Claro que ‘princípios’, neste caso, não podem ser tergiversados, mas formas de funcionamento devem ser constantemente avaliadas e submetidas à crítica. Isto pressupõe três fundamentos básicos: regras claras, informação abundante e participação efetiva. Sem isso, dificilmente os percalços podem ser superados. Um pouco de criatividade e ousadia, sem dispensar cautela, ajuda a corrigir problemas a partir da construção coletiva.

viii) Cooperação, solidariedade, autogestão: plano de longo prazo rumo à desincubação

A incubação tem como objetivo final a construção de uma governança autogestionária que garanta a continuidade sustentada dos empreendimentos a partir dos princípios fundamentais da ecosol. Mas é preciso ter mais ou menos claro ‘o caminho a ser seguido’. Este plano precisa ser construindo horizontalmente entre incubadora e grupo, abarcando as diferentes dimensões do processo, e constantemente avaliado.

## Uma experiência aberta em seu dever

A Feira Virtual Bem da Terra e seu Rizoma (que agrupa também os outros GCRs da região) constitui um campo rico em experimentações sociais. Novos desdobramentos estão em curso e o próximo período da Feira Virtual promete novos e intensos aprendizados.

A constituição do Rizoma Bem da Terra, como ‘circuito local de comércio justo’, com a participação de outros GCRs e de grande número de EES traz novos desafios. Está em fase de conclusão a construção de uma metodologia de ‘acreditação’ (ou certificação) de empreendimentos solidários em transição à agroecologia, que ao mesmo tempo garante aos/as consumidores/as a procedência correta dos produtos e informa aos produtores os passos a serem dados nesta direção. A ampliação do número de consumidores/as continua e a necessidade de estruturas mais avançadas vai se fazendo presente.

O desenvolvimento de uma metodologia adequada para a incubação de grupos de consumo responsável está em construção.

## Referências no resumo expandido

CRUZ, Antônio. É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Cayapa – Revista Venezolana de Economía Social**, vol. 4, núm. 8. Mérida (Venezuela), Universidad de los Andes Venezuela, 2004. pp. 38-57

INSTITUTO KAIROS. **Tecnologias sociais**. Disponível em <http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais> Acessado em 03/06/2019.

NUNES, Tiago; CHRIST, Samara; GOTARDO, Solaine. **Produção, Comercialização e Consumo Responsável no GCR/Feira Virtual Bem da Terra/Brasil**. Disponível em <http://nesic.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Produ%C3%A7%C3%A3o-Comercializa%C3%A7%C3%A3o-e-Consumo-Respons%C3%A1vel-no-GCRFeira-Virtual-Bem-da-TerraBrasil..pdf> Acessado em 10/03/2019.

PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thaís Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo, Instituto Kairós, 2011.